

Nota Informativa

Edição 070/2023

DESTAQUES

- Anatel faz lobby para regular big techs e cogita criar estrutura contra fake news
- STF marca julgamento de ações sobre responsabilização de big techs
- Câmara aprova protocolo adicional a acordo sobre serviços entre Mercosul e Colômbia

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

- Web Summit traz IA, startups e protagonismo feminino para o Rio
- STF manda Telegram apagar ataque ao PL das Fake News e ameaça suspensão
- No Brasil, 72% dos CISOs estão despreparados para enfrentar ciberataques
- Será realizada a 1ª Edição da Science & Business Connection
- Google e Meta negam relação com nota contra PL das fake news
- MPF cobra Telegram sobre disparo de mensagem contra PL das Fake News
- Dino promete tomar providências legais contra Telegram
- MCom discute estratégias para avançar com a inclusão digital no Brasil
- Ministra da Cultura defende regulamentar streaming e direitos autorais na internet
- Relator do projeto de combate às fake news diz que vai buscar direito de resposta contra o Telegram

REFORMA TRIBUTÁRIA

- Entrega do relatório da reforma tributária deve atrasar pelo menos duas semanas
- Apy e secretários estaduais se reúnem para debater Fundo de Desenvolvimento Regional

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Política de dados abertos e o futuro da transparência são tema do segundo dia da Semana de Governo Aberto 2023

Digitalização da administração pública pode reduzir custo Brasil, afirmam debatedores

Conselhão ajudará país a encontrar agendas comuns, diz secretário

JUDICIÁRIO

Big techs serão responsabilizadas por prejudicar liberdade do voto no Brasil, diz Alexandre de Moraes

Tribunal garante que microempreendedor receba seguro-desemprego

STF mantém suspensão de decisões que afastam novas alíquotas sobre receitas financeiras

ORÇAMENTO

Relator admite entregar parecer do marco fiscal na próxima semana

POLÍTICA

Ministros se irritam com cobrança de Padilha após derrota no saneamento

Casa Civil diz a Lula que análise de indicações políticas leva, em média, apenas sete dias

RELAÇÕES EXTERIORES

Câmara aprova Protocolo de Contratações Públicas do Mercosul

Presidência brasileira do G20

DESTAQUES

Anatel faz lobby para regular big techs e cogita criar estrutura contra fake news

Poder Executivo | 09/05/2023 – 23h

A Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) tem atuado junto ao Congresso para convencer que tem condições de assumir a atribuição de regulamentar as redes sociais e supervisionar as big techs. O lobby da agência conta até com a proposta embrionária de criação de uma "superintendência de serviços e direitos digitais", responsável por combater a desinformação e discursos de ódio e antidemocráticos. A articulação ocorre em meio à resistência de parte dos parlamentares sobre a definição de uma figura responsável por fiscalizar a moderação de conteúdo no PL das Fake News. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)

[Retorno ao índice](#)

STF marca julgamento de ações sobre responsabilização de big techs

Poder Judiciário | 09/05/2023 – 20h06min

A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Rosa Weber, marcou para o dia 17 de maio o julgamento de várias ações que podem definir as regras de responsabilização das empresas que operam as redes sociais. Foram pautadas ações que

tratam sobre as regras definidas no Marco Civil da Internet ([Lei 12.965/2014](#)), que exigem ordem judicial prévia para responsabilização dos provedores pela manutenção de conteúdo ilegal postado pelos usuários das plataformas. Também deve ser julgado um processo sobre a validade de decisões judiciais que determinaram o bloqueio do aplicativo WhatsApp em todo o país, em 2020. A discussão envolve liminares judiciais que determinam a quebra de sigilo de usuários que são investigados em processos criminais, mas que não são cumpridas pelas redes sociais. A liberação dos casos para julgamento ocorre uma semana após o adiamento, no Congresso Nacional, da votação do projeto de lei que trata do combate às fake news e regulamenta as redes sociais. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Câmara aprova protocolo adicional a acordo sobre serviços entre Mercosul e Colômbia

Poder Legislativo | 09/05/2023 – 18h47min

A Câmara dos Deputados aprovou na terça-feira (9) projeto de decreto legislativo (PDL 169/22) que contém um protocolo adicional ao acordo sobre comércio de serviços assinado entre os países do Mercosul (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai) e a Colômbia. A proposta será enviada ao Senado. Celebrado em 2018 como complemento ao acordo assinado em 2017 (Decreto 9.230/17), o Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica (ACE) do Mercosul incorpora regras tradicionalmente encontradas em documentos similares, como o Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (Gats, da sigla em inglês) da Organização Mundial do Comércio (OMC). O texto estabelece, por exemplo, que os países signatários garantirão entre si o livre acesso aos mercados para os prestadores de serviços e o movimento de capital. A Lista de Compromissos Específicos, presente no acordo, descreve os setores beneficiados e as condições de acesso. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Web Summit traz IA, startups e protagonismo feminino para o Rio

Poder Executivo | 10/05/2023 – 05h

Pela primeira vez realizado fora da Europa, o Web Summit fez, na semana passada, uma edição no Rio de Janeiro. Um dos maiores eventos de inovação e tecnologia do mundo, recebeu mais de 21 mil participantes de 91 países no Riocentro, na capital fluminense. Sucesso de público, segundo os organizadores, que esperavam menos da metade dos participantes para essa primeira edição, o evento trouxe ao País palestrantes internacionais, como Ayo Tometi, fundadora do movimento Black Lives Matters, e Tim Draper, da Draper Foundation, além de dar destaque a nomes brasileiros como a indígena Txai Suruí, ativista internacional em defesa da Amazônia, e o produtor musical Kondzilla. Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

STF manda Telegram apagar ataque ao PL das Fake News e ameaça suspensão

Poder Judiciário | 10/05/2023

Um dia depois do ataque ao projeto de lei 2630/20, enviada pelo aplicativo Telegram a todos os usuários, o ministro Alexandre Moraes, do Supremo Tribunal Federal, determinou a remoção do texto e envio de um novo, com uma retratação, sob pena de suspensão das atividades do app em todo o país por 72 horas. Na véspera, o Telegram disparou uma fake news sobre o PL das Fake News, declarando que "o Brasil está prestes a aprovar uma lei que irá acabar com a liberdade de expressão. O PL 2630/2020 dá ao governo poderes de censura sem supervisão judicial prévia". A informação é falsa, mas tende a enganar quem não conhece o texto do projeto 2630/20. Não por menos, a decisão de Moraes, no âmbito do Inquérito 4781,

que investiga justamente os mecanismos de disseminação de fake news no país, determina a remoção do texto e substituição por outro: "Por determinação do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, a empresa Telegram comunica: A mensagem anterior do Telegram caracterizou FLAGRANTE e ILÍCITA DESINFORMAÇÃO atentatória ao Congresso Nacional, ao Poder Judiciário, ao Estado de Direito e à Democracia Brasileira, pois, fraudulentamente, distorceu a discussão e os debates sobre a regulação dos provedores de redes sociais e de serviços de mensageria privada (PL 2630), na tentativa de induzir e instigar os usuários à coagir os parlamentares". Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

No Brasil, 72% dos CISOs estão despreparados para enfrentar ciberataques

Mercado | 10/05/2023

Os CISOs brasileiros têm preocupações elevadas a cerca de um ataque cibernético: 69% acreditam que correm o risco de sofrer um ataque nos próximos 12 meses. Além disso, 72% afirmam que sua organização não está preparada para lidar com essa situação caso isso aconteça, em comparação aos 61% dos CISOs globais. Os números são do relatório anual Voz do CISO, realizado pela empresa de segurança cibernética Proofpoint. O estudo aponta para riscos relacionados à rotatividade de funcionários, impulsionados pela recente onda de demissões em massa. 58% dos líderes de segurança brasileiros relataram ter lidado com uma perda material de dados confidenciais nos últimos 12 meses e, desses, 63% concordaram que os funcionários que deixaram a organização contribuíram para essa perda. Apesar disso, 71% dos CISOs brasileiros acreditam ter controles adequados para proteger seus dados. A edição desse ano do relatório Voz do CISO ouviu 1.600 CISOs de organizações de médio a grande porte em diferentes setores. Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Será realizada a 1ª Edição da Science & Business Connection

Mercado | 10/05/2023

O Science & Business Connection é uma iniciativa do Programa Colmeia, do Parque Tecnológico São José dos Campos, que tem como objetivo promover e ampliar as oportunidades de conexões entre empresas e instituições de ensino e pesquisa no Brasil. Além de proporcionar um ambiente de interação, contribuindo com maior captação de investimentos, acesso a pesquisa de qualidade e inovação tecnológica. Serão dois dias de evento com expectativa de 1000 participantes, dentre eles empresários, alunos, professores, pesquisadores e agentes públicos. O evento é gratuito, 100% presencial no Parque Tecnológico e acontecerá entre 23 e 24 de maio. Fonte: ANPROTEC

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Google e Meta negam relação com nota contra PL das fake news

Mercado | 09/05/2023 – 21h19min

O Google Brasil e a Meta negaram, na noite da 3ª feira (9), qualquer relação com a nota do Telegram enviada a usuários brasileiros contra o [PL 2630/2020](#), o PL das fake news. Em nota divulgada no período citado acima, o Google afirma que a citação feita pelo Telegram ocorreu sem autorização. "No texto, somos citados sem qualquer autorização e não reconhecemos seu conteúdo". Já a Meta diz que "refuta" o uso de seu nome pelo Telegram e nega as alegações no texto. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

MPF cobra Telegram sobre disparo de mensagem contra PL das Fake News

Poder Executivo | 09/05/2023 – 20h26min

O Ministério Público Federal (MPF), em São Paulo, cobrou, na terça-feira (9), informações ao aplicativo de mensagens Telegram Brasil sobre o disparo em massa de mensagem feito pela plataforma a seus usuários no país, na tarde da terça-feira. O texto divulgado é contrário à aprovação do [Projeto de Lei 2630/2020](#), o PL das Fake News, que propõe medidas de enfrentamento à divulgação de conteúdos falsos e à violência digital. Na mensagem disparada, o Telegram Brasil alega que o projeto de lei representa "um ataque à democracia". Segundo a plataforma, o PL "concede poderes de censura" ao governo federal e cria um sistema de vigilância permanente que "matará a Internet moderna", se o PL for aprovado pelo Congresso Nacional. O Telegram ainda ameaça que se o PL passar com a redação atual, no Congresso Nacional, "empresas como o Telegram podem ter que deixar de prestar serviços no Brasil". No ofício encaminhado à plataforma digital, o MPF questionou se a big tech dispõe de canal para contestação por parte daqueles usuários que discordam do posicionamento da rede. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Dino promete tomar providências legais contra Telegram

Poder Executivo | 09/05/2023 – 19h44min

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, publicou, na tarde da terça-feira (9), em sua conta do Twitter, mensagem afirmando que providências legais serão tomadas em relação ao Telegram. Horas antes, a plataforma de mensagens instantâneas promoveu o envio em massa de comunicado a seus usuários contra o Projeto de Lei ([PL 2630/2020](#)), o PL das Fake News. No texto, o Telegram afirma aos usuários da rede que o PL "concede poderes de censura ao governo". O Telegram diz ainda que o monitoramento das postagens pelas próprias redes sociais criaria "um sistema de vigilância permanente, semelhante ao de países com regimes antidemocráticos". Em resposta, Flávio Dino classificou o início da postagem do Telegram como "um amontoado absurdo" contra as instituições brasileiras. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

MCom discute estratégias para avançar com a inclusão digital no Brasil

Poder Executivo | 09/05/2023 – 19h44min

Para desenvolver o setor de telecomunicações e levar inclusão digital a todos os brasileiros, o Ministério das Comunicações (MCom) vem discutindo estratégias que podem contribuir com o avanço da conectividade no país. Na terça-feira (9), a Huawei apresentou ao ministro Juscelino Filho algumas sugestões que podem ajudar no avanço da digitalização no Brasil. A reunião é fruto da parceria com o governo da China, firmada durante a viagem da comitiva do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao país asiático, em abril. Dentre as sugestões apresentadas pela gigante chinesa de tecnologia está a ampliação da conectividade nas escolas públicas brasileiras e nos centros de saúde. A Huawei apresentou o trabalho desenvolvido com o Governo da Bahia que resultou em 1 mil escolas conectadas e desenvolvendo uma educação inteligente. "Levar internet para todas as escolas públicas é uma prioridade do governo do presidente Lula. Com essa missão, estamos desenvolvendo estratégias junto às empresas de telecomunicações para que possamos levar conectividade aos alunos e às comunidades assistidas por esses centros de ensino. Levando inclusão digital, também levamos inclusão social", destacou o ministro das Comunicações. Fonte: ASCOM MC

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Ministra da Cultura defende regulamentar streaming e direitos autorais na internet

Poder Executivo | 09/05/2023 – 19h

A ministra da Cultura, Margareth Menezes, defendeu na terça-feira (9) a regulamentação de serviços de streaming e de direitos autorais na internet. A ministra compareceu à audiência na Comissão de Educação (CE), requerida pelo senador Flávio Arns (PSB-PR), para apresentação dos planos do Ministério da Cultura (MinC) no atual governo. Arns, que presidiu a reunião, lembrou a carreira musical de Margareth Menezes, cantora baiana e ativista cultural, com laços com a cultura africana. — Conhece a cultura na teoria e na prática. Ela tem toda a abertura para a cultura popular brasileira e vem apresentar também os desafios dessa área que sofreu tanto no decorrer da pandemia. Tantos empregos foram perdidos, tantas iniciativas canceladas — ressaltou o senador. Margareth defendeu a [Proposta de Emenda à Constituição \(PEC\) 2/2023](#), que insere a cultura entre os direitos sociais na Carta Magna. Segundo a ministra, a medida elevará a cultura à condição de política de Estado. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Relator do projeto de combate às fake news diz que vai buscar direito de resposta contra o Telegram

Poder Legislativo | 09/05/2023 – 18h12min

O relator do projeto de combate às fake news, deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), afirmou ao blog que vai buscar direito de resposta contra o Telegram. Mais cedo, o Telegram enviou aos usuários da plataforma uma mensagem atacando o projeto. O texto diz que "o Brasil está prestes a aprovar uma lei que irá acabar com a liberdade de expressão". O relator resalta que liberdade de expressão não significa falta de regras, discurso de ódio e divulgação de informação falsa. Orlando Silva afirma também que a intenção do projeto é não deixar a internet ser uma terra sem lei. O relator argumenta que as redes dizem que não estão sujeitas a regras que valem para veículos de comunicação, mas hoje se portam como tais. "O que o Telegram fez hoje é um editorial contra uma matéria em discussão no Congresso, e temos que poder responder". Orlando Silva quer, como direito de resposta, um texto escrito por ele no mesmo tamanho e veiculado da mesma forma que a mensagem do Telegram aos usuários.

Fonte: G1 Notícias

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

REFORMA TRIBUTÁRIA

Entrega do relatório da reforma tributária deve atrasar pelo menos duas semanas

Poder Legislativo | 10/05/2023 – 10h18min

A divulgação do relatório do grupo de trabalho da Câmara dos Deputados sobre a reforma tributária deve atrasar pelo menos duas semanas, afirmaram ao Valor parlamentares envolvidos nas negociações e técnicos. O cronograma inicial previa que o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) entregasse um parecer sobre a proposta no dia 16 de maio, terça-feira. Esse calendário, contudo, não será mais cumprido. Os deputados apontam uma série de motivos: necessidade de ajustes no texto, reuniões com governadores e com os partidos, instabilidade política na relação entre governo e Congresso e conflito com a tramitação de outra proposta econômica importante, o novo arcabouço fiscal, que pode ser votado dia 16. O presidente do grupo de trabalho, deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), afirmou que o novo cronograma casará a data de divulgação do relatório com a votação no plenário. "Deve ser entre os dias 29 ou 30 [de maio]", disse. "Vamos encerrar as audiências públicas esta semana e aí abrir a negociação com as bancadas antes de apresentar e fazer seminários com os governadores. Mas não deve passar da primeira semana de junho", prometeu. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Appy e secretários estaduais se reúnem para debater Fundo de Desenvolvimento Regional

Poder Executivo | 09/05/2023 – 19h39min

A busca de consenso entre o governo federal e os estados em torno da Reforma Tributária deu mais um passo na terça-feira (9/5), em Brasília, com nova reunião (foto) entre o Ministério da Fazenda (MF) e o Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz). Os encontros regulares entre o secretário extraordinário da Reforma Tributária do MF, Bernard Appy, e os secretários estaduais visam reconstruir o consenso em torno do modelo de reforma da tributação sobre o consumo. Na reunião de terça-feira (9), o assunto em destaque foi o Fundo de Desenvolvimento Regional. Previsto nas Propostas de Emenda à Constituição (PECs) 45 e 110, que tramitam no Congresso Nacional e contam com o apoio do governo federal, o Fundo de Desenvolvimento Regional será criado por lei complementar. A [PEC 110](#) prevê que o Fundo será financiado por um percentual de até 5% do Imposto sobre Bens e Serviço (IBS), nome dado ao IVA de estados e municípios na proposta. Na [PEC 45](#), não há detalhamento do percentual, somente a previsão de instituição do fundo. Fonte: ASCOM MF

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Política de dados abertos e o futuro da transparência são tema do segundo dia da Semana de Governo Aberto 2023

Poder Executivo | 10/05/2023 – 13h18min

A Controladoria-Geral da União (CGU) participou, na terça-feira (9/4), segundo dia da Semana de Governo Aberto 2023, em mesa de debate sobre Política de Dados Abertos e o Futuro da Transparência. O diretor de Governo Aberto e Transparência da CGU, Otávio Neves, ressaltou a importância da integração entre governo e sociedade na coleta e tratamento desses dados para a implementação de políticas públicas. Neves explicou que governo e sociedade podem trabalhar juntos na coleta e tratamento das informações e, assim, construir serviços e políticas públicas, de modo que o cidadão recebe algo melhor. “Enxergamos um potencial enorme na utilização de dados para fazer pesquisas como, por exemplo, entender uma pandemia e aprimorar o combate à corrupção. É algo que vai contribuir nas mais diversas políticas públicas quando houver o bom uso dessas informações. Apesar de toda essa riqueza em nossas mãos, muitas vezes falta capacidade humana, tecnológica e recursos financeiros. Esse é o nosso grande desafio”, afirmou o diretor. Otávio Neves falou ainda sobre a Política de Dados Abertos do governo federal, estabelecida pelo [Decreto nº 8777](#), que oferece o catálogo de dados, com o objetivo de facilitar para o cidadão encontrar dentro de um único local os diferentes dados do governo federal. Fonte: ASCOM CGU

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Digitalização da administração pública pode reduzir custo Brasil, afirmam debatedores

Poder Legislativo | 09/05/2023 – 20h48min

Com a transformação digital da administração pública, o governo deve buscar reduzir a burocracia e, com isso, o chamado custo Brasil, defenderam participantes de audiência pública do Grupo de Trabalho sobre Alternativas Digitais de Tributação e Desburocratização. Uma alternativa para facilitar a vida das empresas, segundo o assessor do Sebrae Fábio Marimon, seria automatizar a declaração de impostos. De acordo com Marimon, para as pessoas físicas, a Receita Federal já oferece um formulário previamente preenchido. O cidadão deve apenas conferir os dados e enviar a declaração. Na opinião do consultor, seria simples oferecer serviço semelhante também para as empresas. Ele argumentou que, com as

notas fiscais eletrônicas, o poder público já tem acesso às informações necessárias. “A Receita Federal, o estado, o município, eles apresentam esses cálculos do PIS, Pasep, Cofins, IPI, enfim, essa cesta aí de tributos, a partir das notas fiscais de entrada, de saída, as empresas vão conferir isso e vão recolher. Isso vai evitar um grande contencioso administrativo, um grande passivo judicial que nós temos hoje, vai trazer uma segurança jurídica, a gente pode falar que vai diminuir o custo Brasil”, afirmou. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Conselhão ajudará país a encontrar agendas comuns, diz secretário

Poder Executivo | 09/05/2023 – 18h40min

O secretário-executivo do CDESS (Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável), Paulo Pereira, afirmou na 3ª feira (9) que o órgão consultivo recém-criado pretende retomar o diálogo entre os mais diversos setores da sociedade civil, por mais antagônicos que sejam. Com 245 integrantes, o grupo também não deverá ampliar esse número no curto prazo, embora pessoas de fora possam contribuir em discussões específicas. “O conselho não tem pretensão de resolver todos os problemas do Brasil. [...] Há um ganho de cultura política que combate um pouco o que é esse ambiente da esfera pública virtual, em que ninguém se conhece e os processos escalam para a violência com muita rapidez. Vamos dar rosto e carne para esses atores para que eles se conheçam e tentem entender seus pontos de vista e, com isso, criar alguns processos de aproximação mínima”, disse em entrevista ao Poder360 realizada na 3ª feira no estúdio do jornal digital em Brasília. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

JUDICIÁRIO

Big techs serão responsabilizadas por prejudicar liberdade do voto no Brasil, diz Alexandre de Moraes

Poder Judiciário | 10/05/2023 – 11h14min

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Alexandre de Moraes, afirmou que as big techs serão “enquadradas, penalizadas e responsabilizadas” por prejudicar a liberdade do voto no Brasil. “As big techs acham que nenhuma jurisdição no mundo pode tutelá-las ou determinar que cumpram os direitos fundamentais da Constituição Federal”, criticou o ministro, em uma fala no 10º Encontro Nacional das Escolas Judiciárias Eleitorais (Eneje). Moraes afirmou que, no Brasil, “não há terra sem lei” e que o eleitor não pode ser “bombardeado com desinformação, ou passar por uma verdadeira lavagem cerebral” para ser dissuadido do seu voto. “Ninguém, nem as milícias digitais, nem as grandes corporações, podem direcionar o voto do eleitor. A Justiça Eleitoral vem evoluindo para ensinar o que aprendeu e vivenciou nas eleições de 2022.” Na semana passada, após a ofensiva das big techs contra a aprovação do PL das Fake News no Congresso, o ministro determinou que o Google e outras plataformas digitais retirassem do ar as propagandas com ataques ao projeto.

Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Tribunal garante que microempreendedor receba seguro-desemprego

Poder Judiciário | 10/05/2023 – 11h07min

A 1ª Turma do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, com sede em Brasília, reconheceu o direito de um trabalhador receber o seguro-desemprego após o benefício ter sido negado sob alegação de o requerente ser sócio de uma empresa. De acordo com o processo, o trabalhador foi dispensado sem justa causa do local onde trabalhava e não possuía renda própria para manter sua família. Ele recorreu ao tribunal alegando ter direito

líquido e certo ao benefício. Ao analisar o caso, o relator, desembargador federal Morais da Rocha, afirmou que a Lei nº 7.998/90 dispõe que faz jus ao seguro-desemprego o trabalhador dispensado sem justa causa que não possua “renda própria de qualquer natureza suficiente à sua manutenção e à de sua família”. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

STF mantém suspensão de decisões que afastam novas alíquotas sobre receitas financeiras

Poder Judiciário | 09/05/2023 – 17hmin

O Supremo Tribunal Federal (STF) manteve a suspensão de decisões judiciais que afastaram a aplicação de decreto presidencial que restabeleceu os valores das alíquotas do PIS/Pasep e da Cofins sobre receitas financeiras de empresas sujeitas ao regime de apuração não cumulativa. Na sessão virtual do Plenário finalizada em 8/5, a maioria seguiu o voto do relator, ministro Ricardo Lewandowski (aposentado), e referendou a liminar concedida por ele em março, na Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) 84, ajuizada pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Em 30/12/2022, o então vice-presidente da República, Hamilton Mourão, no exercício da Presidência, havia promulgado o Decreto 11.322/2022, que reduziu pela metade as alíquotas do PIS/Pasep e da Cofins sobre receitas em questão (de 0,65% para 0,33% e de 4% para 2%, respectivamente). A norma estabelecia a data de vigência a partir de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º/1/2023. Fonte: ASCOM STF

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ORÇAMENTO

Relator admite entregar parecer do marco fiscal na próxima semana

Poder Legislativo | 09/05/2023 – 22h54min

O relator do projeto do novo marco fiscal na Câmara, deputado Cláudio Cajado (PP-BA), admitiu na 3ª feira (9) que a apresentação do seu relatório deve ficar para a próxima semana. Pela manhã, ele havia dito que poderia apresentar o texto na 5ª feira (11). O adiamento passou a ser considerado pelo relator depois de reunião com os ministros Rui Costa (Casa Civil) e Alexandre Padilha (Relações Institucionais), o secretário-executivo do ministério da Fazenda, Gabriel Galípolo, e o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE). A agenda ocorreu no Palácio do Planalto. “Com essa conversa de hoje, não sei se conseguirei concluir tudo na quarta-feira (10) concluir tudo, porque vai depender de um retorno do Palácio do Planalto. Mas vou ficar na expectativa e continuar fazendo esse trabalho de conversas”, disse Cajado. Segundo o deputado, a reunião com os ministros foi a primeira institucional com o governo sobre o tema. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

POLÍTICA

Ministros se irritam com cobrança de Padilha após derrota no saneamento

Poder Executivo | 09/05/2023 – 21h30min

Ministros de partidos aliados ao governo Lula (PT) ficaram irritados com a cobrança feita pelo coordenador político da gestão, Alexandre Padilha, de maior participação na mobilização de suas bancadas após a derrubada pela Câmara dos decretos que mudavam o marco do saneamento. Disseram que foram ignorados na discussão sobre o tema antes da derrota. Na base de Lula, há quem veja um lado bom na derrota da tentativa de alterar o marco do saneamento, aprovado na gestão anterior. “Mostra que quanto menos a gente ficar revisitando o passado, melhor é”, diz Jonas Donizette (PSB-SP), vice-líder do Governo na

Câmara. Na terça-feira (9), Padilha foi ao Senado ladeado pelos ministros da Casa Civil, Rui Costa, e das Cidades, Jader Filho, na tentativa de evitar que a derrubada dos decretos seja confirmada na Casa presidida por Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Em uma reunião com os líderes no Senado, os ministros fizeram uma explanação sobre os principais pontos do marco do saneamento e sobre a necessidade de manter os decretos de Lula. Dessa forma, pretendem municiar os parlamentares para evitar nova derrota. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Casa Civil diz a Lula que análise de indicações políticas leva, em média, apenas sete dias

Poder Executivo | 09/05/2023 – 09h13min

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, apresentou ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na segunda-feira (9) relatório indicando que as nomeações feitas por aliados para cargos no governo ficam sob análise, em média, por sete dias. A reunião na segunda (9) foi a primeira de uma série de compromissos para discutir a relação entre o governo e a base aliada. Na última semana, o Planalto sofreu um revés na Câmara com a derrubada de trechos de um decreto de Lula sobre o marco legal do saneamento. Segundo o levantamento da Casa Civil, a maior demora nas nomeações fica por conta da resolução de entraves encontrados nas indicações de partidos aliados. O relatório mostra que, até a última sexta-feira (5), havia 74 pedidos de nomeação em análise na Casa Civil – bem menos que os 400 citados por alguns aliados nos últimos dias. Dessas 74, apenas uma tinha chegado à Casa Civil mais de nove dias antes do levantamento. A maior parte (40) havia chegado ao gabinete na quinta-feira (4), véspera do relatório. Ou seja, estava em tramitação há apenas um dia. Fonte: G1 Notícias

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

RELAÇÕES EXTERIORES

Câmara aprova Protocolo de Contratações Públicas do Mercosul

Poder Legislativo | 09/05/2023 – 19h21min

A Câmara dos Deputados aprovou na terça-feira (9) projeto de decreto legislativo ([PDL 928/21](#)) que contém o Protocolo de Contratações Públicas do Mercosul, de 2017. A proposta será enviada ao Senado. A intenção do protocolo é permitir que as empresas argentinas, brasileiras, paraguaias e uruguaias participem de processos licitatórios promovidos por entidades das administrações públicas centrais dos países do Mercosul em igualdade de condições com as demais empresas concorrentes do bloco. Embora contenha várias exceções quanto ao tipo de bem licitado, o texto detalha procedimentos para os certames de que as empresas de outros países do Mercosul poderão participar. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Presidência brasileira do G20

Poder Executivo | 09/05/2023 – 17h36min

O Brasil assumirá a presidência de turno do G20 em 1º de dezembro de 2023, pelo período de um ano. Estabelecido, em seu atual formato, em 2008, o G20 consolidou-se, desde então, como o principal foro global de diálogo e coordenação sobre temas econômicos, sociais, de desenvolvimento e de cooperação internacional. Esta será a primeira ocasião em que o Brasil presidirá o G20 em seu atual formato. Trata-se de processo sem precedentes para o país e oportunidade única para que o Brasil apresente seus atributos e credenciais e projete prioridades de políticas públicas e relações externas nas áreas de atuação do grupo. Fonte: ASCOM MRE

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Setor Comercial Norte, Quadra 1, bloco F, Ed. America Office Tower, sala 128, Asa Norte, CEP 70711-905, Brasília-DF
Tel./Fax: +55 (61) 3327 1289 – home-page: <http://www.foco-legislativo.com.br> – e-mail: foco@foco-legislativo.com.br